



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo



### Parecer nº 2 ao Projeto de Lei Complementar nº 22/2025 Processo nº 206/2025

Conforme determina o artigo 37 da Resolução 276 de 09 de novembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal, a Comissão de Finanças e Orçamento, emite o presente Relatório acerca do Projeto de Lei Complementar nº 25/2025, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal, sob relatoria do Vereador Vereadora Mara Cristina Choquetta.

#### I. Exposição da Matéria

O Projeto de Lei Complementar nº 22/2025, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mogi Mirim, tem por objetivo alterar o art. 1º da Lei Complementar nº 366, de 12 de maio de 2023, para ampliar em 02 (duas) vagas o número de cargos de Assessor Parlamentar, destinados exclusivamente à substituição de titulares afastados em razão de licença-maternidade ou afastamento médico superior a sessenta dias.

A propositura visa assegurar a continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal diante de afastamentos legais de seus servidores comissionados, sem acarretar aumento permanente de despesa, uma vez que as vagas adicionais terão uso restrito e condicionado ao afastamento do titular.

As duas vagas acrescidas por esta Lei Complementar somente poderão ser utilizadas em substituição, e, encerrado o afastamento que motivou a substituição, o servidor nomeado será exonerado e a respectiva vaga ficará automaticamente bloqueada, permanecendo vacante até nova necessidade.

#### II. Do mérito e conclusões da relatora

Inicialmente, destacamos que a presente propositura já tramitou pela comissão de Justiça e Redação recebendo Pareceres Favorável do ponto de vista legal/constitucional.

No tocante ao aspecto orçamentário/financeiro a criação de empregos públicos inevitavelmente acarretará a geração de despesas continuadas/fixas visando cobrir os gastos com pagamento de salários, encargos, benefícios, etc.

Nesta toada, o vereador Wagner Ricardo Pereira solicitou à contadora da casa, que fosse apresentado o impacto financeiro da proposta. Em resposta à solicitação, a servidora responsável pelo setor encaminhou para esta comissão o Ofício nº 13/2025 – CONT/RH percorrendo sobre o assunto.

Válido antecipar que, concomitantemente com este Projeto de Lei Complementar, tramitam mais 3 processos da autoria da Mesa Diretora que versam sobre alterações no quadro de funcionários da Câmara. A saber: Projeto de Lei Complementar nº 20/2025 – Criação do cargo de Assessor de Desenvolvimento de Sistemas; Projeto de Lei Complementar

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - 0VXA-0KFS-6KX0-2007



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo



nº 21/2025 – Alterações da lei dos empregos públicos de Diretor Geral e Controlador Interno, e; Projeto de Lei Complementar nº 19/2025 – que cria 4 (quatro) empregos públicos efetivos no quadro de servidores.

No caso em tela, a manifestação do setor responsável informa que haverá geração de gastos apenas para a complementação do valor da licença maternidade, concomitante com o salário do servidor que estiver ocupando o cargo momentaneamente. Vejamos: 1) Licença Maternidade - 4 meses de licença pagos pelo INSS, 2) Licença Maternidade – 2 meses pagos pela Câmara em cumprimento à Lei municipal 4.821/09. Portanto, apenas nesta situação, haverá um gasto de aproximadamente **R\$ 12.397,42** (equivalente ao pagamento do salário para os dois meses complementares) o que representa um valor muito baixo da folha de pagamento.

Em relação as licenças para fins de saúde, o servidor afastado receberá o auxílio saúde custeado pela Previdência Social, logo, não terá custos adicionais para a Casa.

No tocante as disposições da LRF e Constituição Federal, esta comissão se preocupou em levantar, de maneira complementar, informações sobre o cumprimento dos limites com despesas da folha de pagamento. Vale lembrar que o Poder Legislativo possui como teto o percentual de 70% do orçamento que pode ser gasto anualmente com pagamento de servidores. Segundo previsão para o orçamento de 2026 (anexo a este parecer), o percentual de todas alterações propostas alcançará o valor de **44,95%**, portanto, dentro dos limites legais estabelecido.

Diante de todo exposto, não se identifica óbice para a sua regular tramitação e aprovação por esta Casa Legislativa.

### III. Substitutivos, Emendas ou subemendas ao Projeto

Após análise detalhada do projeto não temos emendas a propor

### IV. Decisão da Relatora

Diante de todo exposto, esta Relatoria considera que a presente propositura não apresenta vícios, recebendo parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**Vereadora Mara Cristina Choquetta**  
**Relatora**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**



### **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Seguindo o Voto exarado pela Relatora e conforme determina o artigo 37, da Resolução Nº 276 de 09 de novembro de 2.010, a Comissão de Finanças e Orçamento, formaliza o presente **PARECER FAVORÁVEL.**

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2025.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**VEREADORA MARA CRISTINA CHOQUETTA**  
**Presidente/Relatora**

**VEREADOR MÁRCIO DENER CORAN**  
**Vice-Presidente**

**VEREADORA MARCOS PAULO CEGATTI**  
**Membro**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 0VXA-0KFS-6KX0-2007



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=0VXA0KFS6KX02007>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 0VXA-0KFS-6KX0-2007**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - 0VXA-0KFS-6KX0-2007